



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPOS I - CAMPINA GRANDE-PB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

**EDIJANE DA SILVA ANDRADE**

**A EDUCAÇÃO BURGUESA COMO CONTROLE SOCIAL**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2016**

**EDIJANE DA SILVA ANDRADE**

**A EDUCAÇÃO BURGUESA COMO CONTROLE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Filosofia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciado em Filosofia.

**Orientador:** Prof. Dr. Valmir Pereira

**CAMPINA GRANDE-PB  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A553e Andrade, Edijane da Silva.  
A educação burguesa como controle social [manuscrito] /  
Edijane da Silva Andrade. - 2016.  
27 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Departamento de  
Filosofia".

1. Educação burguesa. 2. Controle social. 3. Capitalismo. 4.  
Sociedade burguesa. I. Título.

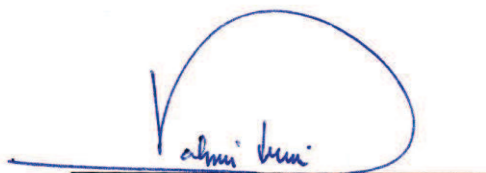
21. ed. CDD 303.33

**EDIJANE DA SILVA ANDRADE**

## **A educação burguesa como controle social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Filosofia.

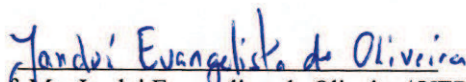
Aprovado em 18/03/2016.



Prof. Dr. Valmir Pereira / UEPB  
Orientador



Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira / UEPB  
Examinadora



Prof. Me. Jandui Evangelista de Oliveira / UEPB  
Examinador

Ao meu Deus pela vida, minha família, amigos  
pelo companheirismo e amizade, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos familiares em especial minha mãe Angelita pelo empenho, carinho e dedicação.

Ao professor Valmir Pereira pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso de Filosofia da UEPB, que contribuíram por meio das disciplinas.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

*A burguesia esforça-se por educar a jovem geração de operários e de camponeses na esperança de formar simultaneamente servidores úteis, suscetíveis de lhe proporcionar benefícios e laicos obedientes que não perturbem a sua quietude e a sua ociosidade [...].*

GEORGES SNYDERS

## EDUCAÇÃO BURGUESA COMO CONTROLE SOCIAL

*Edijane da Silva Andrade<sup>1</sup>*

### RESUMO

O estudo a seguir apresenta em aspectos gerais, as características da educação burguesa como meio de controlar os indivíduos da sociedade mediante mudanças sociais, desde as transformações posteriores ao período medieval, como as geradas com as revoluções industrial e francesa, até os dias atuais. Nesse sentido, as abordagens desenvolvidas são de suma importância por terem como objetivos a apresentação dos fatores históricos que marcaram e transformaram a história das sociedades da época, contribuindo fortemente para a compreensão da realidade atual sobre a relação existente entre educação e sociedade. Por terem vínculos inseparáveis, uma mudança por mais simples que se apresentasse repercutiria positiva ou negativamente em todos os âmbitos, impulsionando adequações e submissões às transformações em curso. Porém, essas mudanças e adequações ocorreram também por meio da educação, que foi e ainda é o veículo de transmissão e difusão de valores e conhecimentos restritos para a grande massa, possibilitando assim o seu controle. Assim, com um novo começo marcado pela transformação social num processo de aparente inclusão da maioria, revelava-se posteriormente que o objetivo era mesmo para atingir os fins elitistas da burguesia. A educação, na perspectiva burguesa, permite a capacitação do filho do operário para inseri-lo na produção, de forma submissa e controlada. Controlar a educação ainda é a forma eficiente de controle da sociedade, fundamentada e organizada na perspectiva burguesa.

**Palavras-chave:** Educação burguesa. Controle social. Capitalismo. Sociedade burguesa.

### 1 INTRODUÇÃO

O estudo a seguir visa apresentar e desenvolver a temática Educação Burguesa como Controle social. Essa abordagem terá como foco a educação burguesa, desde o surgimento do capitalismo aos dias atuais, tendo como referencial as mudanças ocasionadas a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa.

As abordagens dessas revoluções tornam-se importantes, primeiramente por serem social e é a partir delas que se iniciaram modificações profundas dos indivíduos no meio

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de licenciatura Plena em Filosofia na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Email: enajsilva2012@yahoo.com.br



em que viviam, sendo predominantemente rural. Ocorrendo transformações sociais, conseqüentemente, teriam repercussões no meio educacional, pois instruir a grande massa seria um dos grandes objetivos para que as mudanças em curso tivessem êxito.

Com a revolução francesa desenvolvia-se no indivíduo desejos, esperanças e ideais, ao passo que com a Revolução Industrial a população menos favorecida seria a grande vítima com jornadas de trabalho desumanas em locais insalubres. Pôr em prática os anseios e os ideais não foi visto pela burguesia como algo bom, pois ameaçavam seus interesses de expansão e enriquecimento.

A realidade era de carências não apenas material, mas intelectual, principalmente, para a maioria, formada por trabalhadores em geral. .

Essa Revolução Industrial resultou das transformações ocorridas na agricultura, na indústria, nos transportes, nos bancos e nas comunicações e contribuíram fortemente para formação da economia capitalista, fortalecendo assim o domínio da burguesia na organização social. Esse período de transformação do senhor feudal para o burguês, não se deu de modo pacífico, pois ao assumir o poder político na Inglaterra, o rei se submetia ao parlamento liderado por burgueses. Nesta realidade conflituosa o processo de transformação dividia a sociedade inglesa em duas classes sociais: a burguesia, proprietária dos meios de produção como máquinas, ferramentas e propriedades e o proletariado como classe assalariada que vendia sua força de trabalho.

A Revolução Industrial significou também o processo de mecanização do setor industrial ocorrido primeiro na Inglaterra que dispunha de todo um conjunto político e econômico favorável, e em seguida nos demais países como França, Estados Unidos, Alemanha etc. Essa nova realidade econômica surgida na Inglaterra acarretou mudanças tanto no modo de produção quanto no modo de vida social, já apontado anteriormente.

No aspecto econômico, o capitalismo firmou-se como modelo, transformando radicalmente a vida do artesão. Assim, a utilização das máquinas e a divisão do trabalho geraram o aumento da produção em grande escala. Conseqüentemente, a produção industrial favoreceu a urbanização e o despovoamento do campo.

Com base nesse novo contexto social e econômico pode-se perceber que um modelo econômico diferente do estabelecido repercutia nos âmbitos sociais, políticos, econômico e religioso. Entretanto, a população, principalmente a trabalhadora, teria que se reeducar, tendo que adequar se ao novo sistema social, econômico e educacional.

Esta realidade marcou profundamente não apenas a Europa, mas o mundo, tanto no aspecto evolutivo de descobertas, de abertura ao pensamento e liberdade de ações,

quanto nos diversos tipos de ações animais de exploração inimagináveis ao ser humano, nas mudanças drásticas para os pequenos artesãos do campo, tendo que acostumar-se a nova forma de trabalho existente, pois deixaria de ser seu próprio patrão, para ser trabalhador assalariado, cujas horas e regras seriam estabelecidas pelo novo patrão, o burguês. Sua mão-de-obra sempre barata e seu deslocamento as cidades inviáveis, formando aglomerações chamadas cortiços, desenvolvia-se nesse cenário o quadro de miséria, exploração e inúmeros conflitos.

É a partir do século XVI que começamos a trabalhar todas as mudanças geradas que se expandiam pelo mundo, porém com o século XVII, de fato o processo educativo, as instituições formativas e as teorizações pedagógicas vão se renovando. A Modernidade começou em seu pleno e consciente desenvolvimento apresentando características como secularização, individualismo e domínio da natureza. O Estado Moderno seria a afirmação da burguesia a partir do século XVIII como modo pragmático, vindo a desenvolver-se nos séculos seguintes. Toda essa modificação também influenciaria na educação e na pedagogia como meio também transformador e necessário para a adaptação dos indivíduos ao novo contexto social estabelecido.

## **2 .A EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE**

Falar acerca da educação moderna remete-se primeiramente a romper com a educação advinda do período medieval, abandonar uma educação cavaleiresca que não serviria mais para um nobre, que se tornaria um cortesão, tão pouco serviria para os tipos de conhecimentos que o mesmo utilizaria: dialética e teologia, assim como para as necessidades comerciais que o considerado - bom burguês- necessitaria para suas viagens. Ultrapassava-se uma educação em que o aspecto educacional seria apenas receber um conhecimento de investigação e assimilação do saber.

A transformação do homem feudal para o moderno acarretava consigo inúmeras mudanças. Desde o modo reflexivo ao interesse ideológico e cultural, ao modo como se organizava no mundo, não se admitindo mais o perfeito cristão, ou o bom católico e sim um indivíduo ativo, livre de vínculos e de ordens. A escola teria que ir além da família, da Igreja, mas deveria estender-se para os hospitais e prisões, sendo então extensão para o funcionamento da sociedade moderna.

Entretanto, somente no século XVI é que a Modernidade começa a vir

apresentar-se; as mudanças começaram a ser percebidas depois do fortalecimento do poder nas mãos do estado-nação, levando a se desenvolver na Europa um sistema particular de administração, que aos poucos abandonava as influências da igreja, que perdia gradativamente a autoridade e o poder de atuação junto à política dos estados com suas características e imposições de uma época que vai sendo mais bem definida no decorrer dos anos, se estabelecendo uma nova realidade social, política, econômica e cultural.

Alguns fatores contribuiriam fortemente para o surgimento desta nova realidade social, proveniente da transformação econômica na Inglaterra e dentre elas destacam-se a acumulação de capitais, provenientes do comércio colonial, do contrabando e de escravos, revolução Agrícola, vendas de excedentes de produtos agrícolas mecanizados possibilitando a venda em menor preço e maiores quantidades, liberação de mão-de-obra, servil em assalariada, ampliação do mercado interno e externo, existência de ricas jazidas de carvão, importantes para construção de máquinas e equipamentos em geral e desenvolvimento científico.

Porém, esse novo aspecto econômico surgido na Inglaterra que dispunha de meios materiais e políticos favoráveis como expostos acima, acarretou inúmeras mudanças tanto no modo de produção quanto no modo de vida das pessoas.

Primeiramente, se tornou o modelo econômico por meio da utilização das máquinas e a divisão do trabalho, gerando produção em grandes quantidades, urbanização das cidades, despovoamento dos campos e a formação de duas novas classes: burguesia e proletariado.

Com base nas transformações a partir da manufatura, da divisão do trabalho até atingir propriamente a indústria, pode-se afirmar que os indivíduos tiveram impacto entre ser seu próprio patrão em sua pequena oficina, com seus horários, para uma realidade de imposições, controle e disciplina. Entretanto, não foi tarefa fácil tais modificações, pois o indivíduo teria que adaptar-se ao novo modo de ser na sociedade e novo modo de vida, agora voltada para disciplina, produção, salários, mão-de-obra, força de trabalho, enfim todos os atributos que fossem necessários para uma boa produção.

O trabalho surgiria como a base para o desenvolvimento dessa nova classe que emergia a burguesia. Porém, agora seria visto como algo que disponibilizasse lucro, não com um trabalho realizado sem critérios, mas bem planejado para se atingir o resultado esperado. De acordo com Marx, (Op.cit, p. 202)

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braço e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

O pequeno artesão teria que apropriar-se das novas condições de trabalho impostas, pois assim como a matéria-prima que o mesmo trabalhava, agora ele também era essa matéria, entretanto, com um diferencial que seria uma matéria pensante. Assim, novas problemáticas vão surgindo, com a necessidade de indivíduos civilizados, racionais, instruídos, mas também indivíduos controlados.

Nesse contexto surgem conflitos acerca da finalidade da educação pois a educação não deveria apenas capacitar os indivíduos para o trabalho, mas serem trabalhadores e cidadãos conscientes de seus direitos que os mesmos se configurassem nos confrontos sociais e políticos da participação e da cidadania, se por um lado a educação se tornaria um mecanismo de produção industrial em controlar a racionalidade, submissão, por outro lado controlaria a liberdade do indivíduo. Assim, a participação do indivíduo na modernidade passou a ser pensada como mecanismo para estabelecer as novas cercas de uma liberdade conquistada, porém vigiada e limitada. Entretanto, não importava se a escola estaria em mãos qualificadas ou não, o importante seriam os ideais políticos a serem atingidos, não excluindo a relação entre: educação, cidadania, participação e a liberdade, quando as massas se reuniam como trabalhadoras. De acordo com Buffa *Apud* Ponce, (1993, p.38)

A educação moderna passou a agir como uma passagem estreita para o novo reino da liberdade e da participação. Depois de vários séculos de nova ordem, o número dos excluídos desse reino continua sendo bem mais números do que os eleitos, os educados e civilizados. As camadas populares ainda são consideradas bárbaras demais, por não estarem educadas para o uso racional da liberdade e da participação política. Essa educação moderna passou a ser pensada como um dos mecanismos para estabelecer as novas cercas de uma liberdade conquistada, porém vigiada e limitada.

Mediante estes fatos não restavam muitas alternativas para as classes desfavorecidas economicamente, ou seja, vender seu trabalho para quem pudesse pagar: os burgueses. Ao mesmo tempo, surgia a necessidade de mão-de-obra qualificada, sendo inevitável não pensar mais na relação educação e construção, pois não se admitia mais o

homem na sociedade moderna com imagem social polarizada como no mundo antigo.

Se a sociedade estava em processo de transformação, inevitavelmente, o indivíduo a qual compunha teria que se adequar à nova realidade, isto é, teria que preparar-se para as novas condições estabelecidas no início do século XV período das transformações do mundo agrário para o mundo burguês do comércio e do lucro.

As transformações entre os séculos XV e XVII gerou à escola renovação profunda, assumindo características de escola moderna, organizada e administrada pelo Estado com o objetivo de formar cidadãos, técnicos e intelectuais. Foram impulsionadas não apenas pelo humanismo, Reforma ou Contrarreforma, mas, principalmente, pela revolução burguesa e ascensão do Estado centralizado e burocrático.

Essas mudanças ocorreram em diversos Estados europeus como a França, Espanha, por serem considerados mais organizados e a escola assume aspectos especializados, sendo direcionada a classes dirigentes que tiveram uma educação controlada, mas também de caráter popular por ser confiada a Igreja mediante resquícios da Reforma: combater o analfabetismo e difundir a leitura e os cálculos.

A escola também foi racionalizada com o objetivo de atender as necessidades vigentes da sociedade atual conduzindo aos jovens - cultura, saberes organizados e especializados, assim como a organização em formação de classes escolares por idade, mediante as disciplinas e práticas de exames. A partir dessas mudanças surgem, embora de modo a melhorar com o tempo, as novas mudanças e evolução no campo educacional- pedagógico na Educação Moderna.

A partir dos pressupostos abordados anteriormente, pode-se constatar que em primeiro aspecto a educação na Modernidade estaria relacionada à difusão de um projeto educacional que se propagaria de modo ambíguo, ou seja, almejava-se a libertação do indivíduo e na dimensão do domínio se remeteria ao poder do Estado, ficando a sociedade como um projeto educativo para obtenção do poder. A partir desses objetivos a serem alcançados, duas instituições educativas teriam mudanças: a família e a escola se tornam fundamentais na formação do indivíduo social nos aspectos culturais, ideológicos e profissionais, sendo ambos destinados à formação dos jovens:

A família, objeto de uma redoma como núcleo de afetos e animados pelos "sentimentos da infância", que faz cada vez mais da criança o centro-motor da vida familiar, elabora um sistema de cuidados e de controle da mesma criança [...] (CAMBI, 1999, p. 209)

De acordo com a abordagem, a criança passa a ser percebida com importância na sociedade e no âmbito familiar, sendo de suma importância a criação de um lugar educativo não sendo as mesmas corrompidas pelos adultos. De acordo com o Ariès, *apud Cambi*, (1999, p. 99) "[...] a criança não está madura para a vida, que antes de deixá-la juntar-se aos adultos é necessário submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena [...]". É a família que protege, trabalha, educa, forma a criança, como aparece na citação anterior, amadurece a criança para a vida, enquanto a escola cabe instruir, formar, e ensinar os conhecimentos, os comportamentos, a didática, a aprendizagem dos diversos saberes, sendo então um dos objetivos desse novo modelo educacional atuante juntamente com o Estado tornar o homem como indivíduo socializado, cidadão e que faz parte de uma mobilidade social. Enfim, um cidadão emancipado, livre mesmo mediante as instruções, costumes que obteve no decorrer do processo de socialização, submetendo-o apenas ao poder do governo e da lei.

No entanto, a educação também era vista como emancipação, por formar e constituir o indivíduo que constrói e reconstrói seu meio, que é livre, autônomo, crítico e que estaria sujeito a inúmeras possibilidades, pois,

A emancipação é libertação, é tornar-se autônomo, constituir-se na luta por parte do sujeito, é a consciência de uma complexa dialética entre alienação e – redenção –, e é categoria que com a ética, a política e o direito moderno, inerva também a pedagogia, a qual, teoricamente, se reconheça como guiada, sempre, por um desejo de emancipação do sujeito, da sociedade e, praticamente, age ainda que às vezes de modo contraditória: até controladora e conformista para realizá-la. (CAMBI, 1999, p. 218).

As ideias propagadas e desenvolvidas em muitos aspectos durante a Idade Moderna se concretizaram, porém não eram admitidas de modo geral, pois mesmo havendo maiores esclarecimentos existia separação entre os indivíduos de acordo com a classe as quais pertenciam, competindo ao ensino secundário capacitar as classes médias, para ensinar os operários e os camponeses.

A partir do século XVIII, surge a pré-condição e reforço à crença na educação como meio para participação política do homem comum, seria o momento considerado de transição da *minoridade para a maioridade*, por meio da educação. Nesse momento, o homem adquiria capacidade para conduzir-se sem a direção do outro. No século das luzes, dada a ênfase ao avanço das ciências do espírito como expressão do progresso humano, o indivíduo seria considerado um sujeito histórico ao tornar-se capaz de

modificar sua realidade, explicitando sua capacidade consciente, livre e responsável, mascarando o processo de desigualdade existente as diferentes capacidades. Assim, a tarefa seria "libertar o homem de si mesmo, torná-lo livre, tarefa eminentemente pedagógica" BUFFA (1993, p. 48).

## **2.1 Características da educação burguesa e seus aspectos gerais**

Compreender a educação burguesa nos leva as mudanças ocorridas do século XV ao XVIII, abordagem histórica apresentada no decorrer deste estudo. Como já foi apresentado anteriormente, quando ocorrem mudanças na sociedade, conseqüentemente afetam não apenas um aspecto que compunha esses segmentos, mas todos os demais. Assim, também ocorreu na Idade Moderna que se caracterizava pelo rompimento com o sistema feudal para atividades comerciais, a partir da transformação comercial existente, movimentando e transformando o modo de vida dos homens. Porém, essas transformações só seriam possíveis em sua completude por meio de instruções necessárias para um novo tempo.

Esse primeiro momento para a compreensão da educação do homem burguês, vem do Renascimento ao século XVIII, período este marcado por conflitos e interesses, ocorridos pela transformação que o nascente capitalismo impunha a estrutura econômica do feudalismo comercial, gerando mudanças profundas aos nobres, a velha educação cavalheiresca, que não serviria mais. Com a nova realidade implantada, o útil e o prático passam a ser importantes como também a preocupação pelos negócios, investigação e a razão. O desejo de conhecer passava a existir por meio de um individualismo desde a arte Italiana, a abertura no campo religioso para o comentário das *sagradas escrituras* e no campo educacional estaria aberto a disciplinas menos rígidas e com maior empenho, não apenas a formação do indivíduo, mas também de sua personalidade. Entretanto, é bom salientar que os estudos superiores no período renascentista eram caros e para a população menos favorecida economicamente não tinham o grego, latim e hebraico que seriam os idiomas do período.

Alguns entraves no período impediram o desdobramento do Renascimento com todo auge e eficácia que se desejava mesmo tendo vínculo com a burguesia patristica, pois ainda estaria presa, ao idioma grego, hebraico e latim clássico, realidade esta que impossibilitava acesso à média e a pequena burguesia. Mediante a esta realidade a

Reforma apresentava algumas demandas não apenas no âmbito religioso, como por exemplo, suas reivindicações em idioma nacional, conservarem-se fiel ao cristianismo, manter contato com a média e pequena burguesia, assim como com as massas camponesas e proletárias.

Os dois teóricos à frente seriam Martinho Lutero (1483-1546) e Tomás Munzer (1490-1525), cujo destaque da abordagem será o primeiro citado, por suas ideias pedagógicas com base nas *Sagradas Escrituras*.

De acordo com Martinho Lutero, o homem assume a responsabilidade de sua fé, sendo então possível por meio do conhecimento da bíblia, surgir a obrigação à obra de caridade à instrução elementar. Entretanto, essa educação para a população miserável seria enganosa, pois os homens da classe popular continuavam sem educação. Nas aldeias, ao invés de professores, recebiam pregadores para levarem o "pequeno cristianismo de Lutero. De acordo com Ponce (1986, p.120) "o homem das classes inferiores continuaria, portanto, excluído da educação [...]" Segundo Painter, *apud* Ponce (1986, p. 120), "não se fundou nenhum sistema popular de instrução". O horizonte mental das aldeias não havia se modificado em nada: ao invés de professores, continuavam recebendo pregadores.

O segundo movimento importante para desenvolver a educação burguesa, a Contrarreforma, teria por base a educação dos jesuítas, ou seja, a Companhia de Jesus, fator necessário para compreendermos os processos de melhorias e aperfeiçoamentos da educação do homem burguês. A Companhia de Jesus, no campo pedagógico, voltava sua atenção e investimentos na educação dos nobres e da burguesia e se destacavam pelo ensino bem dirigido e organizado. Porém, alguns conhecimentos como a História e o científico eram deturpados ou apresentados de modo superficial. Do século XVI até o século XVIII a educação dos nobres e da alta burguesia estava nas mãos dos Jesuítas e não se percebia ao menos interesse em educar a pequena burguesia, ou as classes populares,

A intenção da Companhia era apoderar-se do ensino clássico para pô-lo a serviço da Igreja, ainda que para isso fosse necessário realizar as mutilações mais grosseiras ou as interpretações mais ridículas [...] A cultura intelectual era inculcada de tal modo que não se corresse o perigo de uma emancipação intelectual. (PONCE, 1986,122).

Fica evidente que o objetivo da Companhia de Jesus seria um recurso pedagógico utilizado como instrumento de domínio a serviço da Igreja, controlando e



manipulando os saberes evitando que houvesse desenvolvimento intelectual do indivíduo. Todavia, estava explícita a falta de interesses em educar a massa. No decorrer dos tempos surgiriam outras ordens católicas que se encarregariam da educação, como Tomás de Kempis (1379-1471), irmãos das Escolas cristãs, buscavam educar não com o objetivo de instruir as massas, mas de alcançar sua salvação. Também Charles Demia (1637-1689), considerado o iniciador do ensino primário gratuito, queria ensinar trabalhos manuais nas escolas e que a instituição serviria como agência de informações ou lugar de mercadoria em que as pessoas pudessem se empregar como domésticas, comerciários ou operários.

Entretanto, esse favorecimento tinha o lado controlador que seria a influência direta dos professores nas famílias dos alunos, interferindo nos livros que eram enviados pelos correios. De acordo com Ponce (1986, p.125), "colocar sobre o controle da Igreja a escassa instrução que se ministrava na época e orientar para a mansidão as aspirações dos trabalhadores era o exercício do controle [...]". Fica evidente a intenção dessa educação propagada: controle absoluto por parte da Igreja, visando por meio da educação tornar os trabalhadores mansos e passivos a qualquer realidade econômica surgida. Neste caso, a atividade seria a comercial que estava em desenvolvimento desde o século XVI.

Mediante tantos entraves, a nova realidade comercial inevitavelmente precisava de uma nova educação, defendida por Locke como uma educação voltada para a necessidade propriamente do indivíduo. Segundo Ponce (1986, p. 130),

Depois de tantos anos de sujeição feudal, a burguesia afirmava os direitos do indivíduo, como premissa necessária para a satisfação dos seus interesses. Liberdade absoluta para contratar, comerciar, crer, viajar e pensar. Nunca, como então se falou tanto em humanidade, cultura, razão e luzes.

Após séculos de limitações e sujeições, o comércio e a indústria, diminuiriam a distância entre o burguês e o nobre e que inevitavelmente novos métodos educacionais teriam que ser sugeridos e empregados para que então os novos instrumentos de trabalho, depois da manufatura, divisão trabalho, não fossem estranhos entre os trabalhadores. Porém, não se pode aludir que essa busca por novos modelos educacionais fosse sem interesses. A realidade seria para a massa ou a população apenas a troca de senhores: o senhor feudal para o burguês capitalista. Ou seja, os explorados da antiguidade do feudalismo para os explorados da indústria, estando, porém, a massa

envolvida no projeto de desenvolvimento comercial e expansão mundial, pois não seria possível desenvolvimento se não encontrassem trabalhadores livres e capacitados. A esse respeito, afirma Ponce (1986, p.135),

Para que a burguesia conseguisse realizar o seu prodigioso desenvolvimento não eram suficientes o desenvolvimento do comércio e o alargamento quase mundial do mercado. *Era preciso, além disso, que exércitos compactos de trabalhadores livres* fossem recrutados para oferecer seus braços a burguesia. Esse "trabalhador livre" surgiu na história nos fins do século XV e começos do século XVI.

Seria, no entanto, preciso para total êxito o "recrutamento", considerado na citação, ou capacitação dos trabalhadores livres para que fossem capazes de desenvolver as atividades. Segundo Basedow, *Apud* Ponce (1986, p.137),

Nas "grandes escolas (...), além de ensinar a ler, a escrever e a contar, os mestres, também devem cuidar "daqueles deveres que são próprios das classes populares". Mas, como nessas escolas existia um só professor, que estava encarregado de ensinar muitos alunos de idades bastante distintas, o que provocava graves dificuldades de ordem técnica, Basedow se consolava com estas palavras simples e chocantes: " *Felizmente*, as crianças plebeias necessitam de menos instrução do que as outras, e devem dedicar metade do seu tempo aos trabalhos manuais.

A partir desta citação torna-se claro o objetivo da formação da classe menos favorecida economicamente: torná-la apta aos trabalhos e conduzi-la as instruções básicas para que a mesma tivesse condições mínimas para vender sua força de trabalho e "formar indivíduos aptos para a competição do mercado, sendo este o ideal da burguesia triunfadora". A partir de Filangieri (1752-1788) *Apud* Ponce (1986, p.137),

Na sua *Ciência da Legislação* podemos de fato ler: "O agricultor, o ferreiro etc. Não necessitam mais do que uma instrução fácil e breve para adquirir as noções necessárias para sua conduta civil e para o progresso da sua arte. Não se poderia dizer o mesmo em relação aos homens destinados à servir a sociedade com os seus talentos. Que diferença entre os tempos exigidos pela instrução de uns e de outros!"

A educação das massas não seria de modo igualitário, levada a sério, mas uma educação apenas dominadora e controladora para que os instruídos tivessem as instruções oferecidas pelos próprios burgueses. Essa era a concepção desenvolvida pela burguesia revolucionária do século XVIII, com a Revolução Francesa que também marca a época da contemporaneidade, período de transformações, caracterizado pelas

inquietações, constante renovação, liberdade de expressão e criação.

Mesmo mediante processo crítico de transformações por meio de pensadores-pedagogos como o Marquês de Condorcet (1743-1794) e Pestalozzi (1746-1827), com seus ideais, não deixaram de favorecer alguns burgueses, explicitando as intenções da burguesia no âmbito educativo. Condorcet buscava "livre concorrência entre as escolas do Estado e as particulares e nenhuma intervenção política do Estado nas escolas", defendendo que o Estado cumprisse seu papel, sem dominar ou determinar sua influencia diretamente. Ele favoreceu a gratuidade do ensino que viria a ser implantado. Porém, mesmo oferecendo definitivamente pensões e bolsa de estudos o mesmo compreendeu que mediante a realidade em que uma criança com cinco anos de idade teria que trabalhar não se tratava de uma escola para as massas.

Pestalozzi, pedagogo advindo da Revolução Francesa e discípulo de Rousseau, foi o introdutor de uma nova técnica pedagógica. Apesar de ter se interessado pelos camponeses, passou toda a vida educando ricos, mesmo mediante todo esforço não possibilitou os mesmos laços educacionais de igualdade entre as crianças pobres e ricas, portanto ele dividia seu ensino e método de acordo com a classe social a que pertenciam.

O segundo momento que caracterizava a Educação Burguesa está relacionado a Revolução Industrial, a partir da Inglaterra século XVIII. O surgimento do sistema de fábricas, da produção em larga escala, conduzindo as mudanças radicais na sociedade, como o nascimento do proletariado, as explosões demográficas, as migrações e as lutas de classes.

A sociedade teria que se adequar aos novos modelos de produção, reeducar seus indivíduos para um novo processo de produção pautado pela mecanização da produção de matéria-prima e divisão do trabalho, para se atingir a indústria. Portanto, era evidente que cada vez mais os meios de produção tornavam-se sofisticados. Essa realidade implica que a sociedade necessitaria de meios eficazes para reeducar sua massa.

Com o capitalismo o meio de produção necessitaria de trabalhadores qualificados, e especializados, sendo inadmissível a burguesia não incorporar aos seus planos de trabalhos científicos a livre investigação mediante escolas técnicas, pois não mais se admitia o trabalho apenas em sua força bruta, mas o uso racional dela tornando-o hábil a realizar quaisquer atividades, pois a necessidade de trabalhar sempre existiu, apenas seriam modificadas as facilidades desenvolvidas para melhoria e melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados pela natureza em transformação. Assim,

gerava-se uma relação entre necessidade de produzir os meios necessários há sobrevivência e a necessidade de utilização do recurso disponível não de modo "bruto", mas ao modo sofisticado e racional possível.

Com o tempo essas exigências foram se definindo a ponto dos burgueses ou capitalistas verem a necessidade de escolas politécnicas, como uma educação primária para as massas e uma educação superior para os técnicos.

Estava claro que a burguesia necessitava de trabalhadores mais instruídos. Porém, mesmo havendo abertura para o estudo das massas, havia diferenças entre a educação da massa e dos filhos dos burgueses, cujo ócio seria mantido para os alunos do ensino médio, enquanto nas outras escolas a orientação era de teor prático e de intenção utilitária, aspecto esse destinado a educação do proletariado. Na visão de Carnegie *Apud* Ponce, (1986.p.148), para fazer os outros trabalharem “não seria necessária muita ciência; porém existem aqueles privilegiados que necessitam adquirir uma cultura independente do trabalho produtivo, são os filhos dos burgueses, que é o ensino para a classe superior-ensino clássico. Nessa mesma direção, Weiss *Apud* Ponce(,1986. p.149) afirma que,

Nós apreciamos tanto quanto qualquer outro tudo o que corresponde ao domínio da inteligência e da técnica, **ciências** naturais e históricas, os números e as abstrações, a Geometria e as suas deduções, as ciências naturais e as suas classificações, a História e os seus fenômenos, a Lógica e as suas leis não são mais do que *parte do homem* e do entendimento humano.

As exigências para a instrução estariam voltadas basicamente para o burguês que seriam aqueles de reais condições para estudar até os 22 anos, enquanto os camponeses e operários teriam uma educação apenas para suprir as necessidades do burguês que almejava trabalhadores não apenas com a força física, mas que realizasse qualquer atividade sem que o mesmo representasse perigo ou prejuízo em suas atividades.

## 2.2 A Função social da Escola no Estado Moderno

Desde muito tempo a família tem seu aspecto de socializar o indivíduo, contribuir com o aprender a se comunicar, relacionar e situar-se no tempo e no espaço. É o primeiro regulador de identificação cultural. Entretanto, essa educação informal, foi

sendo enriquecida não apenas com as relações familiares - modelo de educação antiga, mas a partir da relação existente entre o indivíduo e o meio, o qual faz parte realizando investigações e descobertas.

Desde advento do Cristianismo mudanças profundas ocorreram na mentalidade e formação para um novo tipo de homem: igualitário, solidário e com novos modos de ver a família - com amor e não com autoritarismo. Surgem então, novos modos de enxergar os valores a partir do Evangelho, encontrado na igreja como guia de sustentação gerando o rompimento do mundo antigo, sua mentalidade e sua organização social, para novos valores como humildade diante do poder, a paz, igualdade e solidariedade.

Na Idade Média inúmeras transformações, na formação dos Estados Nacionais, com escolas e Universidades, cujos ideais iluministas da cultura, foram a base para a formação da Europa, para influenciar a educação que se desenvolveu sobre forte influência da igreja que dispunha de modelos educativos e das práticas de formação, claro que de modo distinto.

Na modernidade surgem novos modos de pensar, interagir, compreender o mundo, sendo lançado ao homem, novos itinerários sociais, novos valores e modelos, induzindo-o a reflexão acerca dos processos de formação e do saber, abrangendo mudanças na pedagogia, pois agora com a Modernidade a educação destinava-se a um ser ativo na sociedade, um indivíduo “mundanizado”. Não estaria apenas com a família e a igreja a responsabilidade de educar, mas todos que compunham a sociedade, agirem em função do controle social, como hospitais, prisões, etc.

A escola apresentava modelos sociais a serem seguidos por meio de uma força modelo – Estado. Escola moderna reorganiza e estabelece novos modos de formação do indivíduo e à família e à escola, seriam estabelecidas a responsabilidade não apenas de cuidar do crescimento, mas também da formação pessoal e social. De acordo com Cambi, (1999, p. 205)

Ao lado da família, a escola: uma escola que instrui e que forma, que ensina conhecimentos, mas também comportamentos, que se articula em torno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes, e em torno da disciplina, da conformação programada e das práticas repressivas constrictivas, mas por isso mesmo produtoras de novos comportamentos.

Uma nova instituição educacional do século XVI voltada para a reorganização

disciplinar, racionalizada e controlada, por meio de métodos de ensino herdado dos jesuítas, a *Ration studiorum* fixou um programa minucioso de estudos e comportamentos que teriam como objetivo a disciplina e o internato, sendo uma forma de adequar o indivíduo ao seu meio, para que dentro de suas produtividades do ensino e aprendizagem fossem acostumados as regras sem que reclamassem, ou houvesse revoltas, desvios ou oposições. Assim, FRANÇA, (1952, p.206)

Tais instituições, da prisão à escola, passando pelo exército, pelo hospital etc. Operam antes de tudo um minucioso controle do corpo: assim o faz também a escola, que disciplina os gestos e as posições do corpo, conformando-o (ou tentando conformá-lo) a um corpo "bem regulado", que introjetou as boas maneiras e se submete à autodisciplina.

Sendo então objetivo da escola moderna ritualizar<sup>2</sup> suas rotinas e seus costumes como instrumento disciplinar, por meio da vigilância, controle interno e contínuo, da sanção normalizadora; o prêmio e castigo, existiria com a função corretiva de reafirmar o caráter regulador do normal, com o auxílio do exame; aspecto esse que caracterizou a escola moderna, estabelecendo um poder sobre o sujeito, tornando-o normalizado, gerando a escola um papel ideológico.

Com o decorrer do tempo, não seria estabelecido uma nova escola, mas novos métodos, com teorias para a vida prática de nosso tempo. Se formos observar as reformas educacionais<sup>3</sup> desenvolvidas ao longo do tempo, decorrentes das transformações sociais, a educação esteve e continua a serviço das classes dominantes, pois à medida que um poder se estabelece na sociedade, é imposta uma nova educação. Segundo Ponce, (1986, p.165)

A nova educação se propõe, com efeito, construir o novo homem a partir da escola burguesa; de uma escola, na realidade, na qual o Estado burguês se comprometa a não interferir em nada, de uma escola em que os professores deverão, portanto, ingressar completamente isentos de qualquer mentalidade de classes.

---

2 De acordo com o autor ao ritualizar o exame a escola submete o sujeito ao controle máximo, mas de modo impessoal, mediante o controle do seu saber. Na realidade, porém, o exame age sobretudo como instrumento disciplinar, de controle do sujeito, como instrumento de conformação. CAMBI (1999, p. 206).

3 .As quatro reformas nascidas formam o contragolpe no terreno educacional de um processo econômico mediante o qual uma sociedade aristocrata e agrícola retrocedia sem claudicar diante de uma sociedade comerciante e industrial. PONCE (1986, p.163)

Essa nova educação proposta, de acordo com o autor, seria construir um novo homem, que os filhos do proprietário ou não proprietários deveriam ser instruídos porque seria uma *igualdade natural* entre os homens e conseqüentemente geradora da cidadania.

### **3 A EDUCAÇÃO COMO CONTROLE SOCIAL**

Mediante complexas transformações na educação, tanto nos aspectos:, religioso, ético , social e na técnica, o Estado Moderno surge como aspectos de domínio da sociedade civil exercendo sobre toda sociedade o seu controle em quaisquer manifestações, determinando uma pedagogia política e uma educação organizada envolvendo família, escola e associações, atuando no processo de envolvimento e conformação dos indivíduos.

No âmbito religioso, professores deviam, portanto, ingressar completamente indistinto na Idade Média. Porém, no aspecto ético destacava-se uma educação voltada para o processo de renovação e a formação do cristão rompendo os compromissos da autonomia e responsabilidade, não existindo modelo a priori, ou seja, o indivíduo seria formado ao mesmo tempo por si e por outros.

No aspecto técnico, com a nova realidade surgida com o início da Revolução Industrial, inevitavelmente iniciava-se as mudanças das técnicas educativas e escolares, surgindo uma sociedade disciplinar que exercia a vigilância sobre o indivíduo, tendendo a reprimi-lo e controlá-lo, sendo então um dos objetivos da formação da escola moderna: instrutiva, planejada, controladora e racionalizada.

No século XVII os processos educativos foram renovados, pois era o início da modernidade, de seu pleno início, melhorando as técnicas no decorrer dos anos. O processo educativo no decorrer do tempo ganharia espaço na sociedade inteira, visando à profissionalização e a especialização, libertando o homem da oficina artesanal e da formação do caráter humanístico e religioso, permitindo à manufatura depois a fábrica ao lado das academias e das escolas técnicos, atuando sobre o controle social.

As instituições modernas, mesmo sendo consideradas novas, eram tradicionais, pois não assumiam características inovadoras: a família se tornaria o lugar central para a formação moral estendendo controle sobre o indivíduo e a escola, renovada por meio do colégio das classes organizadas pela idade, pelos métodos e pela modernização dos

currículos. Cada vez mais, o pensamento educativo era renovado com novos processos e teorizações em relação a ciência, a história, valorizando de um lado a mente como cogito e do outro, valorizando a aprendizagem como formação do indivíduo social, nas suas necessidades e estruturas históricas, sendo tarefa da educação regenerar no homem o desejo de reconstrução da convivência social.

O processo educacional estava em constante mudança, desde a transformação ocorrida durante o período medieval ao período atual e a instituição Escola, nos países industrializados e socialmente mais avançados, deveria profissionalizar, formar especialista para vários segmentos da produção, além de difundir uma cultura. Se a escola média vinha cobrir esta segunda exigência, a escola secundária deveria suprir a primeira. O importante seria a classe popular instruída suficientemente para corresponder às necessidades vigentes. No entanto, não se pode deixar de mostrar a importância da família nesse processo educacional como citado anteriormente sobre as crianças, que seria a primeira educação, para que até então a cultura necessária fosse difundida. Era um trabalho preparatório para a aprendizagem escolar. No entanto, todos os mecanismos escolares eram comandados, de início, pelo seu objetivo, não propriamente uma divisão por competências ou habilidades, mas a partir do ambiente escolar a consciência da divisão da sociedade em classes antagônicas gerando a existência de uma classe exploradora e outra explorada. A escola tornava-se adaptada aos interesses da burguesia. Nessa direção, SNYDERS (2005, p.31) afirma que

A burguesia esforça-se por educar a jovem geração de operários e de camponeses na esperança de formar simultaneamente servidores úteis, suscetíveis de lhe proporcionar benefícios e laicos obedientes que não perturbem a sua quietude e a sua ociosidade [...].

Ou seja, que a educação atuasse como instrumento educativo, de orientação de acordo com o que se almejava a burguesia. A escola como instrumento capaz de conformar os trabalhadores e para os filhos da burguesia a existência de outra escola, rica em conhecimentos universais. A partir dessa concepção dualista de educação, ou seja, observava-se a existência de duas escolas, sendo uma para o proletariado e outra para a burguesia, fica evidente as desigualdades escolares que estariam ligadas pelas diferenças sociais. Assim, a classe dominante desenvolvia escolas adequadas as suas necessidades em ambos aspectos, exigências que não gerasse concorrência e ao mesmo tempo produzisse o que se desejava para o desenvolvimento das atividades industriais. De acordo com SNYDERS (2005, p.60)



[...] as classes dominantes se procuram servir dele para formar uma mão-de-obra dócil e submissa, sem grande preparação e, portanto, pouco exigente, esforçam-se ainda por selecionar um escalão médio, dotado de uma pequena qualificação- e todas as precauções serão tomadas a fim de que não alimentem ambições exageradas e não se sintam tentadas a entrar em ocorrência com os descendentes de do patronato; mas ao mesmo tempo os progressos técnicos, tanto nos meios de produção como na sua organização, exigem homens capazes de iniciativa e de decisão, capazes de assumir responsabilidades.

A partir dessa concepção, observava-se a escola como instrumento passivo nas mãos da classe dominante, cujo interesse teria por base o desenvolvimento controlado. Assim, a dicotomia entre os dois modos de ensino, remeteria explicitamente para a divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual.

A escola era vista como uma instituição de reprodução da cultura legítima para ordem estabelecida, contribuindo para a reprodução das relações de produção capitalista a serviço da burguesia.

A escolaridade na realidade propiciou uma nova espécie de pobres, os “não escolarizados e uma nova espécie de segregação social, a discriminação entre aqueles a quem falta educação e os que se orgulham de ter recebido” SNYDERS (2005, p.77). Porém, a escola reproduzia as mudanças e transformações que ocorriam na sociedade, realidade esta que dava a escola a característica de reprodutora das desigualdades sociais. Entretanto, não se poderia admitir em demasia que seria a mesma a responsável pelas desigualdades existentes pelo fato de refletir em sala as mudanças no meio social, realidade est

a que sem escolha ou defesa, teria que ser assimilada, pois as transformações que ocorriam, não se admitia ao indivíduo não ter as condições mínimas de acompanhá-lo.

Era evidente que a educação estaria dividida para uma classe operária e outra para os filhos dos industriais, até mesmo pela própria condição e disponibilidade na oferta. Segundo SNYDERS (2005, p. 79),

Na verdade, a escola é tanto um efeito como uma causa. É certo que há nela uma margem de iniciativa e é possível, sobretudo necessário, aumentar essa margem. Mas é ilusório atribuir-lhe propriamente um desmedido poder de criação, não é a escola que gera desigualdades, os ciclos diferenciados, malgrado as aparências; não é ela que transforma em incapacidades as situações desfavorecidas, ela registra, e não pode em princípio deixar de registrar, que as situações de exploração em que vivem determinadas classes de crianças implicam para elas dificuldades especiais a suportar, a suportar especialmente na escola.

A realidade do ambiente escolar parecia estranha para os operários, pois a escola foi configurada ao critério da burguesia, podendo ser vista como uma máquina fornecedora de profissionais especializados, de empregados subalternos e acríticos, mas que desenvolvam bem suas atividades. Desse modo, a escola não tinha autonomia de lutar contra o sistema imposto e participava na manutenção das relações de classe refletindo nas divisões sociais de forma permanente. De acordo com SNYDERS (2005, p.98), “[...] para tal sociedade, tal escola; para uma sociedade não igualitária, uma escola não igualitária; para uma sociedade em crise, uma escola em crise; em suma, a sociedade de classes gera uma escola de Classe”, ou seja, a escola reflete as necessidades e mudanças da realidade social, é o meio reprodutor das necessidades vigentes.

Contudo, é percebido a partir da citação que a escola era resultado do que ocorria na sociedade, pois os mesmos que a compunham, faziam parte da instituição, assim sendo a escola tornava-se, aceitando ou não, objeto das mudanças sociais manipuladas pela classe economicamente favorecida, tornando-a objeto de divulgação de interesses.

#### **4 Considerações Finais**

Neste trabalho pode-se perceber que o processo educacional, seja na idade moderna ou contemporânea, é conflitante, principalmente, ao que se refere aos aspectos das divisões de classe: burguesia e proletariado, pois em alguns aspectos vemos as conquistas na educação como avanço da massa, filhos dos trabalhadores, em outro vemos um meio articulador manipulado no decorrer da história pelos grupos economicamente favorecidos.

Com a evolução das técnicas a partir da Revolução Industrial, sendo fundamental a formação, instrução e capacitação dos filhos dos operários para suprir as necessidades a partir do manuseio das novas máquinas, essas habilidades foram aperfeiçoadas, as exigências aumentando, conseqüentemente, a escola enquanto receptora dessa nova classe e realidade passa a capacitar os indivíduos a sua nova realidade, tornando-os aptos para as novas exigências sociais.

Assim, desenvolvia-se um novo problema: qual finalidade da escola, ensinar a ler e escrever, ou tornar o indivíduo além das habilidades citadas: disciplinado, obediente, alienado, subordinado a sua difícil situação? São questões que induzem a

interpretação acerca da realidade da época e atual, que mesmo mediante as desigualdades nos diferentes âmbitos, possibilitaria viajar, construir, desenvolver as habilidades,

A escola atual possibilita ao indivíduo, mesmo que de modo ainda limitado, condições para desenvolver: criatividade, crescimento e oportunidade para o filho do trabalhador.

O mundo se modernizou e a educação foi aos poucos se modificando para atender e acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade. A burguesia continua como classe hegemônica e a educação mercantilizada permaneceu atendendo os interesses daquela classe social.

As mudanças nas escolas servem para atender o sistema e exercer o controle, especialmente sobre o proletariado. Habilidades e competências são necessidades para manutenção do emprego e enriquecimento do patrão. Não são necessidades humanas, apenas mercantis.

Combater e superar esse modelo de organização social é uma necessidade de todos como indivíduo livre e universal.

## **RESUMEN**

El siguiente artículo ofrece una visión general de las características de la educación burguesa como un medio de controlar los individuos de la sociedad a través de cambios sociales, desde las transformaciones de la época medieval, las generadas por las revoluciones: Industrial y francesa, y hasta los días actuales. Por lo tanto, es de suma importancia estos enfoques por tratar-se de factores históricos que han marcado y transformado la historia de las sociedades de la época, contribuyéndolos en gran medida a la comprensión de la realidad actual de la relación entre educación y sociedad. Por tener lazos inseparables un simple cambio repercutía positivamente o negativamente en todas las demás áreas, conduciendo a adecuación a las transformaciones; sin embargo, estos cambios y adaptaciones ocurrieron sólo a través de la educación que sería y será el vehículo de transmisión para el gran público, posibilitando un comienzo notable para la transformación social en un proceso de inclusión de la mayoría, aunque en primer momento fue lograr fines elitistas, compone una parte importante del proceso de la historia: La captación de las personas de la gran masa para la nueva realidad social: El capitalismo, permitiendo para el hijo del operario educación, una realidad que aun siendo para satisfacer los deseos y la necesidad de una clase privilegiada permite la posibilidad de cambios donde no se podría imaginar y por consecuencia una transformación en el rumbo de la historia de los menos favorecidos.

**Palabras-clave:** La educación burguesa, el control social, el capitalismo, la sociedad burguesa

## REFERÊNCIAS

BUFFA, Ester et.al. **Educação e cidadania**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questão da nossa época; v.19)

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**; Tradução de Álvaro Lorencini. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU),1999- (Encyclopaideia).

FRANÇA, Leonel. **Ratio Studiorum**: o método pedagógico dos jesuítas. Editora Agir, Rio de Janeiro, 1952.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções** (1789-1848). Tradução de Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 25 ed. São Paulo: Paz e terra, 2009.

PONCE, Aníbal (1898-1938). **Educação e luta de classes**. Tradução de José de Camargo Pereira. 7ª. ed.- São Paulo: Cortez,1986.

KARL Marx, **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'anna. 10 ed. São Paulo: Difel, 1985 a. Vol. II (Parte Quinta).

KARL Marx, **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'anna. 10 ed. São Paulo: DIFEL, 1985 b. Vol. I

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Tradução de Leila Prado. - São Paulo: Centauro, 2005.